

Basta colocar em prática

Sylvia Fonseca

O impacto da conversão da dívida externa em investimentos vem sendo discutido sob prismas diferentes e por vezes diametralmente opostos. Se a proposta em si não foi formalizada pelo governo brasileiro aos credores internacionais, sua inclusão como uma das alternativas que dispõe para negociar comprova que não só as discussões domésticas estão avançando, mas os estudos técnicos sobre o assunto também.

Nesse sentido, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, à luz da reação favorável dos credores ao Plano de Controle Macroeconômico e restabelecida a negociação, passaria à discussão dos termos e critérios possíveis à conversão, adequando-os ou não aos interesses de cada uma das partes.

De acordo com fonte do Banco Central o País não precisa propor a conversão aos credores. Basta colocar a medida em execução através de regulamentação, apropriada. Nesse caso, entra o conceito de desengajamento do mercado financeiro internacional, o que já acontece com o Brasil desde a manutenção e ampliação da moratória. Ou seja, o País fica um tempo fora do mercado para pagar aquilo que pode aos credores e não tenta mais ganhar tempo em conversações que resultam em impasse.

E como proceder para a conversão da dívida externa? Uma fonte do Palácio do Planalto com larga experiência nos contatos com banqueiros internacionais sugere que nunca venha ser feita maciçamente, mas em operações isoladas. As regras específicas precisam ser acopladas à questão da política industrial.

Discussão

Apesar de indicada como instrumento de pagamento da própria dívida, as regras a serem definidas para a conversão precisam de ampla discussão de todos os segmentos da população. Uma análise das repercussões que o programa de conversão possa ter permite elaborar uma proposta com uma avaliação estratégica pormenorizada não só técnica, mas política, apontando vantagens e desvantagens sobre a economia.

Hoje o único dispositivo legal sobre o assunto é a carta-circular nº 1.125 do Banco Central, que limita a conversão aos credores, impossibilitando a transferência do débito a terceiros. Na opinião de um dirigente do Banco Central, a conversão da dívida significa um instrumento de grande interesse e importância para o Brasil. Para implementar um programa existem infinitas possibilidades.

Outro aspecto favorável à conversão apontado no Banco Central, é o reflexo do programa na capitalização das empresas brasileiras, com uma conseqüente ampliação da força e o aumento de investimentos capitados no setor privado nacional. Como resultado disso, a melhoria do nível de empregos e salários.

Déficit público

Se a redução do déficit público é considerada por muitos empresários como fator determinante para o sucesso do plano do ministro Bresser Pereira, a conversão também exerceria uma contribuição nesse sentido.

Para o Banco Central, a conversão representa um mecanismo de redução de déficit público, na medida em que transfere as obrigações das incorporações de risco de câmbio do setor público para o setor público.